

Contrato n°
Contrato n°

¢OPERADORA¢
TIM

**CONTRATO DE INTERCONEXÃO DE REDES
DE TELECOMUNICAÇÕES ENTRE A TIM E A
¢OPERADORA¢**

De um lado,

¢OPERADORA¢, com sede na xx, n.º xx, na cidade de xx, Estado xx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º xx, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada **¢OPERADORA¢**;

De outro,

TIM S.A., com sede na Rua Fonseca Teles, n.º 18, A30, bloco B, térreo, São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 02.421.421/0001-11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **TIM**.

A ¢OPERADORA¢ ou a TIM serão a seguir denominadas individualmente Parte, e a ¢OPERADORA¢ em conjunto com a TIM serão doravante denominadas Partes.

Considerando que a ¢OPERADORA¢ é Autorizada/Concessionária do Serviço xx, xx, xx, conforme Ato da Anatel n.º XX para as modalidades XX, XX e XX e/ou Termo de Autorização nº xx – ANATEL, e mediante contratos celebrados contrato celebrado com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Considerando que a TIM é Autorizada do Serviço Móvel Pessoal - SMP, conforme os Termos de Autorização abaixo relacionados, e mediante contratos celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL:

TIM - AUTORIZAÇÕES SMP

Região I do PGA: Termo de Autorização n.º: 003/2010 PVCP/SPV – ANATEL;
Região II do PGA: Termo de Autorização n.º: 002/2010 PVCP/SPV – ANATEL;
Região III do PGA: Termo de Autorização n.º: 003/2001 PVCP/SPV – ANATEL.

Considerando que a TIM é Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Local, de acordo com o Termo de Autorização nº 236/2002/SPB-ANATEL, e mediante contratos celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Considerando que a TIM é do STFC, conforme Termos de Autorização nº 237 - 2002/SPB - ANATEL para a modalidade Longa Distância Nacional (LDN) e nº 238 - 2002/SPB - ANATEL para a modalidade Longa Distância Internacional (LDI), e mediante contratos celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Considerando que de acordo com o Regulamento Geral de Interconexão – RGI, Art. 8º, Resolução n.º 693 - ANATEL, de 17 de julho de 2018, “Art. 8º As prestadoras de Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo, no regime público ou privado, são obrigadas a tornar suas redes disponíveis para Interconexão quando solicitado por outras prestadoras de Serviço de Telecomunicações de interesse coletivo.”;

Considerando que nos termos da Lei Geral de Telecomunicações - Lei n.º 9472, inciso I Art. 146, de 16 de julho de 1997, é obrigatória a interconexão entre redes na forma da regulamentação, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam comunicar-se com usuários de serviços da outra ou acessar serviços nelas disponíveis;

As Partes têm por si, justo e acordado celebrar o presente **Contrato de Interconexão de Redes para Troca de Tráfego Telefônico** (“Contrato”), no âmbito de suas respectivas autorizações outorgadas pelo poder público, que se regerá pela regulamentação aplicável e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato:

- 1.1. Estabelecer as condições para a realização da Interconexão para a troca de tráfego telefônico entre a rede de telecomunicações da TIM, nas modalidades de licença SMP, STFC-Local, STFC-LDN e/ou STFC-LDI e a rede de telecomunicações da ÇOPERADORAÇ, nas modalidades de licença SMP, STFC-Local, STFC-LDN, STFC-LDI, SCM, SME e/ou SMP, conforme Regulamento Geral de Interconexão – RGI, aprovado pela Resolução n.º 693 - ANATEL, de 17 de julho de 2018.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente Contrato os seguintes Anexos, rubricados pelas Partes:

- Anexo 1 – Definições
- Anexo 2 – Apresentação e Forma de Pagamento dos Documentos de Cobrança
 - Apêndice A – Leiaute do Arquivo de DETRAF
 - Apêndice A1 – Leiaute do Arquivo de DETRAF – Desbalanceamento
 - Apêndice B – Leiaute do Arquivo de Contestação
 - Apêndice C – Leiaute do Arquivo de Encontro de Contas
 - Apêndice D – Leiaute do Arquivo de CDR para Conciliação do DETRAF
 - Apêndice E – Leiaute da Tabela de Correlação dos Pontos de Interconexão
- Anexo 3 – Condições de Compartilhamento de Infraestrutura para Interconexão
 - Apêndice A – Condições para Acesso, Circulação e Permanência nas Instalações Compartilhadas
 - Apêndice B – Procedimentos Operacionais e Padrão de Qualidade Relativos à Infraestrutura Compartilhada

- Apêndice C – Formulário de Solicitação de Compartilhamento de Infraestrutura para Interconexão
 - Apêndice D – Formulário de Autorização de Cessão ou Alteração da Infraestrutura Solicitada
 - Apêndice E – Formulário do Termo de Aceitação da Infraestrutura
- Anexo 4 – Solicitação e Provimento da Interconexão
- Anexo 5 – Planejamento Técnico Integrado e Provimento da Interconexão
- Apêndice A – Projeto Técnico de Interconexão
 - Apêndice B – Termo de Responsabilidade de Dimensionamento de Rota de Interconexão - “TRDI”
- Anexo 6 – Testes Relativos à Interconexão
- Apêndice A – Procedimentos de Testes Relativos à Interconexão
 - Apêndice B – Termo de conclusão dos testes de Interconexão
- Anexo 7 – Desempenho, Proteção e Qualidade da Rede - Especificações Técnicas
- Anexo 8 – Gerenciamento de Anormalidades da Rede
- Anexo 9 – Prevenção e Controle da Fraude
- Anexo 10 – Confidencialidade
- Anexo 11 – Procedimentos Técnico-Operacionais Relativos a Portabilidade
- Anexo 12 – Repasse de Valores de Utilização de Créditos Pré-pagos

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Prover interfaces digitais para a interconexão com a rede da outra Parte, propiciando a interconectividade e a interoperabilidade nos respectivos POI ou PPI, de acordo com o encaminhamento, especificações técnicas, quantidades e prazos acordados no Anexo 5 e seus Apêndices, decorrentes de Solicitações de Interconexão e do PTI.

3.1.1. As Partes deverão empenhar-se para fornecer interconexões que utilizem tecnologia e padrões atuais de rede, por meio da disponibilização de interfaces digitais, utilizando o Sistema de Sinalização por Canal Comum n.º 7 (SCC n.º 7), de acordo com os padrões UIT ou outros padrões acordados pelas Partes, para a operação da SCC n.º 7 no Brasil.

3.2. Comunicar, formalmente, por escrito, as alterações na sua rede que possam afetar serviços prestados e relacionados à interconexão objeto do presente Contrato, ou a rede da outra Parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou outro prazo acordado entre as Partes, contados a partir da data prevista para sua efetivação.

- 3.2.1.** As alterações somente poderão ser efetivadas após anuência da outra Parte, que deverá se manifestar, por escrito, em até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da comunicação referida no item 3.2 acima, ou outro prazo acordado entre as Partes, não podendo ser recusada sem fundamento objetivo e advindo da alteração;
- 3.2.2.** A ausência de manifestação da Parte no prazo acima mencionado será interpretada pela outra Parte como irrestrita anuência às alterações pretendidas, estando a mesma, portanto, legitimada a realizá-las na forma previamente informada.
- 3.3.** Informar à outra Parte, conforme especificado no Anexo 8, sobre quaisquer falhas, ou defeitos ou interrupções na sua rede e nos circuitos de interconexão, que possam nela causar impacto significativo ou nos serviços a ela relacionados.
- 3.4.** Estabelecer, de comum acordo com a outra Parte, eventuais interrupções programadas em sua rede que possam causar impacto nos serviços a ela relacionados.
- 3.5.** Realizar testes sistêmicos em conjunto, quando solicitado pela outra Parte, não podendo sua realização ser negada injustificadamente.
- 3.6.** Executar, em conjunto, os testes sistêmicos necessários à ativação ou ampliação das rotas de interconexão das redes das Partes, conforme Anexo 6.
- 3.7.** Possibilitar o acesso dos usuários aos Serviços de Utilidade Pública e de Apoio ao STFC, conforme códigos de acessos designados pela ANATEL por meio de atos específicos, nos termos dos Arts. 6º e 7º do Regulamento sobre as Condições de Acesso e Fruição dos Serviços de Utilidade Pública e de Apoio ao STFC, aprovado pela Resolução nº 357, de 15 de março de 2004.
- 3.8.** Para a implementação da interconexão com a TIM nas modalidades de licença STFC-LDN e STFC-LDI, a ¢OPERADORA¢ deverá estar apta a realizar testes de operação de cofaturamento e de utilização de créditos pré-pagos com a TIM, e consequente assinatura, entre as Partes, dos contratos de cofaturamento e de utilização de créditos Pré-Pago, conforme disposto na Oferta Pública de Cobrança Conjunta da TIM. A aptidão das Partes a que se refere esse item compreende o envio de arquivos de remessa e de retorno, a emissão de notas fiscais conjuntamente em conformidade com a Legislação Fiscal vigente, faturamento, cobrança, arrecadação, repasse de valores, dentre outras obrigações.
- 3.9.** Quando do provimento de interconexão para o relacionamento da TIM com a ¢OPERADORA¢ nas modalidades de licença STFC-LDN e LDI, a prestadora deverá estar apta a realizar testes de operação de faturamento conjunto e de utilização de créditos pré-pagos com a TIM, e consequente assinatura, entre as Partes, dos referidos contratos, conforme disposto na Oferta Pública da TIM. A aptidão das Partes a que se refere este item compreende o envio de arquivos de remessa e de retorno, a emissão de notas fiscais conjuntamente em conformidade com a Legislação Fiscal vigente, faturamento, cobrança, arrecadação, repasse de valores, dentre outras obrigações.

- 3.9.1.** Caso a çOPERADORAç não esteja apta nos termos supracitados, ou as Partes não assinem os contratos acima indicados por decisão, conveniência, ou qualquer outro motivo imputado exclusivamente à çOPERADORAç, esta declara que está de acordo com o Termo de Dispensa dos Serviços de Cobilling, disposto na OPI da TIM, dispensando a TIM de prestar o serviço de faturamento conjunto, nos termos do Despacho Anatel n.º 054/2005-SPV de 28 de julho de 2005;
- 3.10.** Na falta de assinatura do contrato de faturamento conjunto, nenhum serviço será prestado pela TIM, cabendo exclusivamente à çOPERADORAç a responsabilidade de cobrança e arrecadação de eventuais chamadas utilizando seu CSP;
- 3.10.1.** Na falta de assinatura do contrato de utilização de créditos pré-pagos, para as chamadas utilizando o CSP da çOPERADORAç, originadas ou recebidas a cobrar em terminais de planos pré-pago da TIM, serão adotados os seguintes procedimentos:
- a) A TIM fará a configuração de valores na sua plataforma de pré-pago conforme os Formulários de Tarifas indicados no Anexo 12 do presente Contrato, até que a çOPERADORAç apresente sua própria tabela de valores, na formatação estabelecida nos referidos formulários;
 - b) A TIM efetuará o repasse dos valores arrecadados à çOPERADORAç, bem como a cobrança dos valores devidos pela prestação desse serviço, de acordo com os critérios e procedimentos previstos no Anexo 12 do Contrato.
- 3.10.2.** Futuramente, caso haja interesse, a çOPERADORAç poderá solicitar à TIM a assinatura dos contratos de faturamento conjunto e de utilização de créditos pré-pagos e consequente implementação dos procedimentos operacionais visando a prestação desses serviços pela TIM.
- 3.11.** Após a realização de todos os testes, do estabelecimento da interconexão entre as Partes, e da assinatura desse Contrato de interconexão, as Partes poderão negociar, quando for possível e aplicável, o Contrato de SMS, Serviço de Mensagens Curtas, trocadas entre os usuários das Partes.
- 3.12.** Manter as licenças emitidas pelo Órgão Regulador e relativas aos equipamentos utilizados na presente Interconexão, no ambiente de instalação dos mesmos, conforme definido na regulamentação pertinente. O descumprimento do disposto neste item sujeitará a Parte responsável, às suas exclusivas expensas, ao pagamento de qualquer multa ou penalidade eventualmente imposta à outra Parte pelo descumprimento de tal obrigação.
- 3.13.** Garantir que seus equipamentos e instalações, em cada ponto de interconexão, estejam, a qualquer tempo, em conformidade com as normas e regulamentação vigentes e os requisitos técnicos especificados neste Contrato e em seus Anexos.

- 3.14.** Responsabilizar-se perante à ANATEL pelas sanções e penalidades que lhe forem eventualmente impostas em decorrência do encaminhamento do tráfego originado ou cursado por meio de sua rede e, não previsto ou em desacordo com este Contrato, bem assim, pelo ônus relativo à remuneração da rede da outra Parte ou de outras eventuais Prestadoras.
- 3.15.** Enviar a categoria e o número do assinante que originou a chamada, definido como “Número de A”, de acordo com o Regulamento de Numeração do Serviço que se aplique, nas chamadas originadas ou encaminhadas pela sua rede com destino à rede da outra Parte, inclusive, quando for aplicável, para as chamadas a cobrar.
- 3.16.** Enviar, no encaminhamento das chamadas, as informações necessárias para que a outra Parte realize tratamento e bilhetagem das chamadas, inclusive no que diz respeito a chamadas a cobrar, em conformidade com o descrito nos Apêndices do Anexo 5 do presente Contrato e de acordo com o previsto nas normas de sinalização.
- 3.17.** Realizar a bilhetagem do tráfego cursado através da interconexão das redes das Partes.
- 3.17.1.** Enviar a identificação real do assinante chamador, ou seja, seu código nacional seguido do número de lista, nos casos de chamadas a cobrar, de modo a possibilitar a correta emissão, pela rede de destino da chamada, do documento de cobrança aos seus assinantes ou usuários;
- 3.17.2.** No caso de uma das Partes não enviar para a rede da outra Parte a Identificação de chamada a cobrar, conforme previsto nos itens 3.15.1 e 3.16.1., ou por qualquer outro motivo não for possível realizar a cobrança ao assinante ou usuário, por culpa da Parte em cuja rede se originou a chamada, esta última não fará jus à remuneração pelo uso de sua rede em relação à referida chamada.
- 3.18.** Remunerar a rede da outra Parte, independentemente de falhas no seu processo de bilhetagem, inadimplemento, reclamações ou fraude praticados por seus respectivos usuários, que impeçam a cobrança de valores aos seus assinantes ou usuários, sendo cada Parte integralmente responsável pelo processamento de suas contas.
- 3.19.** Adotar os procedimentos para a Apuração e Apresentação do Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços (DETRAF), Apuração do Desbalanceamento de Tráfego, Emissão e Apresentação de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações - Abertura de Processo de Contestação de Tráfego e Liquidação Financeira entre as Partes em conformidade com o Anexo 2 deste Contrato.
- 3.20.** Responsabilizar-se perante a ANATEL pelos dados pertinentes à interconexão da sua rede à rede da outra Parte.
- 3.21.** Responsabilizar-se por conduta que comprovadamente prejudique ou impeça a capacidade da outra Parte de originar, terminar e distribuir a totalidade do tráfego cursado por meio da interconexão.

- 3.22. Garantir, por meio de medidas e sistemas de contingência, devidamente registradas no Anexo 5, que as chamadas originadas na rede de uma das Partes sejam encaminhadas e completadas na rede da outra Parte.
- 3.23. Dar tratamento não discriminatório à outra Parte em relação a outras prestadoras de serviços de telecomunicações no provimento da Interconexão, na forma da regulamentação.
- 3.24. Operar a sua rede sem causar prejuízos à outra Parte encaminhando somente o tráfego autorizado nos termos deste Contrato, assumindo, inclusive, as responsabilidades pecuniárias decorrentes das sanções pela infração a este item.
- 3.25. As Partes não podem gerar artificialmente números de Assinantes ou alterar os números de origem das chamadas cursadas nas rotas de interconexão objeto deste Contrato, estando sujeita a aplicação das sanções dispostas na Cláusula 5.2 do Anexo 9.
- 3.26. As Partes se comprometem em apresentar o presente Contrato para homologação da ANATEL no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO ENCAMINHAMENTO DO TRÁFEGO

- 4.1. O encaminhamento do tráfego telefônico cursado por meios dos Pontos de Interconexão da rede da TIM e da rede da ¢OPERADORA¢ encontra-se definido e explicitado no Anexo 5 e seus Apêndices.
- 4.2. Na definição das condições para o encaminhamento das chamadas originadas ou cursadas pela rede de uma Parte, terminadas ou cursadas pela rede da outra Parte, devem ser consideradas as informações contidas no Anexo 5 e os procedimentos de Portabilidade Numérica indicadas no Anexo 11.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES EM QUE A INTERCONEXÃO SERÁ PROVIDA

- 5.1. As solicitações de interconexão à rede da outra Parte, bem como os procedimentos para o seu provimento devem obedecer ao disposto no Anexo 4.
- 5.2. Os Pontos de Interconexão (POI) ou Pontos de Presença de Interconexão (PPI) da rede de cada Parte se constituirão nos elementos demarcadores dos limites, no âmbito de suas redes, para o estabelecimento dos deveres e obrigações de cada Parte.
- 5.3. A interconexão objeto deste Contrato será provida por meio de critérios de planejamento contínuo e integrado, com o objetivo de se obter adequado grau de serviço, otimização do encaminhamento de tráfego e dos custos das rotas de interconexão, de acordo com o Anexo 5.
 - 5.3.1. Os procedimentos relativos ao Planejamento Técnico Integrado (PTI) encontram-se previstos no Anexo 5;

5.3.2. O detalhamento do projeto de interconexão, compreendendo a identificação e a quantidade de POI e de PPI, a especificação e o dimensionamento das rotas de interconexão e da rede de sinalização, bem como os encaminhamentos definidos e acordados neste Contrato, encontra-se no Anexo 5 e seus Apêndices;

5.3.3. As Partes deverão adotar os procedimentos técnicos e operacionais de suporte à Portabilidade entre as Prestadoras Doadora e Receptora, conforme disposto no Art. 31 do Regulamento Geral de Portabilidade - RGP, aprovado pela Resolução n.º 460 - ANATEL, de 19 de março de 2007, de acordo com o Anexo 11.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A remuneração pelo uso da rede da TIM, enquanto prestadora do SMP, envolvida no encaminhamento das chamadas será calculada utilizando-se o valor máximo do Valor de Uso de Rede Móvel (“VU-M”) homologado pela ANATEL, estabelecido em documento específico, ressalvado o disposto no item 6.11.

6.2. As Partes acordam em adotar os valores de VU-M pactuados e atualmente praticados pela TIM, nas suas áreas de prestação correspondentes, conforme tabela abaixo, líquidos de tributos, a partir da data especificada abaixo, nos termos do item 6.1 acima, conforme indicados a seguir:

VU-M TIM		
valores líquidos de tributos		
Região do PGA	válidos a partir de 00h:00 de 25 de fevereiro de 2018	válidos a partir de 00h:00 de 25 de fevereiro de 2019
I	R\$ 0,02606	R\$ 0,01379
II	R\$ 0,02815	R\$ 0,01471
III	R\$ 0,04141	R\$ 0,02517

6.2.1. Serão mantidos os VU-M definidos na tabela acima até a aprovação de nova Oferta de referência de interconexão em redes móveis ou por determinação da Anatel que estabeleça novos valores de VU-M, alterando os valores constantes do Ato n.º 6.211, de 01 de julho de 2014.

6.2.2. Conforme divulgado no Ato n.º 6.211 da Anatel, de 01 de julho de 2014, os valores de VU-M apresentados no item 6.2 são aplicados à TIM, nas suas áreas de prestação correspondentes, podendo, entretanto, sofrer modificações mediante retificações na Resolução n.º 600, de 08 de novembro de 2012.

6.2.3. Os valores constantes do item 6.2 não substituem quaisquer outros definidos mediante processos de arbitragem junto à Anatel

6.3. A remuneração pelo uso da rede da TIM, enquanto prestadora do STFC-Local, envolvida no encaminhamento das chamadas, será calculada utilizando-se o valor máximo da sua Tarifa de Uso de Rede ("TU-RL"), obedecendo ao determinado no Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes das Prestadoras de STFC e autorizada pelo Poder Concedente, em conformidade com seu Contrato de Autorização, ressalvado o disposto no item 6.11.

6.3.1. A partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2014, no relacionamento entre as modalidades de licença STFC Local x STFC Local, a remuneração pelo uso das redes das Partes não será devida nos termos do Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, aprovado pela Resolução nº 588/2012.

6.4. Tratando-se de interconexão para o relacionamento TIM com a ¢OPERADORA¢, na modalidade de licença STFC-Local, a remuneração pelo uso da rede da ¢OPERADORA¢ envolvida no encaminhamento das chamadas será calculada utilizando-se o valor máximo da sua Tarifa de Uso de Rede ("TU-RL"), obedecendo ao determinado no Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes das Prestadoras de STFC e autorizada pelo Poder Concedente, em conformidade com seu Contrato de Autorização, ressalvado o disposto no item 6.11.

6.5. Tratando-se de interconexão para o relacionamento TIM com a ¢OPERADORA¢, na modalidade de licença SCM, a remuneração pelo uso da rede da ¢OPERADORA¢ será definido pela ANATEL em regulamentação específica.

6.6. Tratando-se de interconexão para o relacionamento TIM com a ¢OPERADORA¢, na modalidade de licença SME, a remuneração pelo uso da rede da ¢OPERADORA¢ envolvida no encaminhamento das chamadas será calculada utilizando-se o valor máximo do Valor de Uso de Rede SME ("VU-T") homologado pela ANATEL, ou aquele acordado em instrumento específico com a TIM, ressalvado o disposto no item 6.11.

6.6.1. As Partes acordam em adotar os valores de VU-T pactuados e atualmente praticados pela ¢OPERADORA¢, nos termos do item 6.5 acima, conforme indicados a seguir, nas áreas de prestação correspondentes:

VU-T ¢OPERADORA¢	
valores líquidos de tributos	
Região	VU-T
I	
II	
III	

6.7. Tratando-se de interconexão para o relacionamento TIM com a ¢OPERADORA¢, na modalidade de licença SMP, a remuneração pelo uso da rede da ¢OPERADORA¢ envolvida no encaminhamento das chamadas será calculada utilizando-se o valor máximo do Valor de Uso de Rede SMP ("VU-M") homologado pela ANATEL, ou aquele acordado em instrumento específico com a TIM, ressalvado o disposto no item 6.11.

6.7.1. As Partes acordam em adotar os valores de VU-M pactuados e atualmente praticados pela ¢OPERADORA¢, nos termos do item 6.3 acima, conforme indicados a seguir, nas áreas de prestação correspondentes:

VU-M ¢OPERADORA¢	
valores líquidos de tributos	
Região	VU-M
I	
II	
III	

6.8. As Partes deverão cobrar o valor da TU-RIU 1 quando prestarem o transporte nas chamadas destinadas aos seus usuários do STFC em que forem entregues pela outra Parte fora da área local de destino, situada na mesma área de numeração e a TU-RIU 2 quando prestarem o transporte de chamadas em que forem entregues fora da área local de destino, situada em áreas de numeração distintas, conforme a Regulamentação vigente.

6.9. As Partes deverão cobrar o valor da TU-RIU 2 quando prestarem o transporte nas chamadas destinadas aos seus usuários do SMP em que forem entregues pela outra Parte fora do CN (Código Nacional) de destino, situada em áreas de numeração distintas, conforme a Regulamentação vigente.

6.10. As condições de reajuste aplicáveis aos valores previstos nos itens 6.2, 6.3, 6.4, 6.5 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9 serão aquelas fixadas pela ANATEL ou por acordo entre as Partes.

6.11. Qualquer uma das Partes poderá, a qualquer tempo, a seu critério, e de acordo com a legislação vigente, conceder, à outra Parte, descontos relativos aos valores de remuneração pelo uso da sua rede.

6.12. Os descontos concedidos por uma das Partes sobre os valores dos serviços cobrados aos seus respectivos assinantes ou usuários, salvo acordo entre as Partes, não afetarão os valores praticados para remuneração das suas redes, ressalvado o disposto na regulamentação aplicável.

6.13. Os procedimentos para a Apuração e Apresentação do Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços (DETRAF), Apuração do Desbalanceamento de Tráfego, Emissão e Apresentação de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações, Abertura de Processo de Contestação de Tráfego e Liquidação Financeira, entre as Partes, serão feitos conforme estabelecido no Anexo 2 deste Contrato.

6.14. Cada Parte será responsável pela aplicação e pelo recolhimento de todos os tributos e encargos incidentes e relativos ao objeto do presente Contrato, de sua competência e segundo a legislação vigente.

6.14.1. A Parte Devedora pagará à Parte Credora os valores referentes ao PIS e à COFINS incidentes sobre os valores de remuneração de rede, em conformidade com a legislação vigente.

6.15. Aplicam-se os critérios de desbalanceamento de tráfego (Bill & Keep), nos termos estabelecidos no Regulamento de Remuneração de Redes das prestadoras do SME – Resolução 406 de 5 de maio de 2005 e no art. 41 do Anexo 4 da Resolução n.º 600 - Anatel, de 8 de novembro de 2012, caso a OPERADORA seja classificada como prestadora do SMP "sem PMS" para este fim, pela Anatel no relacionamento com a TIM, enquanto prestadora do SMP.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROVIMENTO DOS MEIOS DE TRANSMISSÃO PARA A INTERCONEXÃO

7.1. Os Meios de Transmissão Local (MTL), necessários à interligação entre o POI ou PPI da rede de uma das Partes a um POI ou PPI da rede da outra Parte, deverão ser identificados e quantificados em conformidade com o Anexo 5 e seus Apêndices.

7.1.1. No caso de novo ponto de interconexão, a Parte interessada deve indicar o dimensionamento e características do MTL nos termos do Anexo 4, que deverá ser validado pela outra Parte.

7.2. Cada Prestadora é responsável pelo estabelecimento do enlace para entrega das chamadas normais originadas e/ou do tráfego direto advindo de sua rede até o POI ou PPI da Prestadora recebedora do tráfego e, quando for o caso, pelas chamadas a cobrar recebidas em sua rede.

7.2.1. A interconexão pode ser feita de forma indireta, via rede de outra Prestadora, onde cada Parte assumirá a responsabilidade pelo tráfego entre o seu POI/PPI e o POI/PPI da Prestadora encarregada de realizar o trânsito e/ou transporte do tráfego, de acordo com o Regulamento Geral de Interconexão – RGI, Resolução n.º 693 - ANATEL, de 17 de julho de 2018.

7.3. Por acordo expresso entre as Partes, a responsabilidade pelo provimento dos 50% (cinquenta por cento) dos MTL de cada Parte poderá ocorrer considerando-se um conjunto de rotas de interconexão.

7.4. A implementação dos meios de transmissão MTL de responsabilidade de cada Parte poderá ser realizada utilizando circuitos próprios ou a rede de terceiros, desde que esta seja autorizada pela Anatel para esse fim.

7.5. As Partes, em comum acordo, poderão solicitar ampliação dos MTL diante da utilização de 70% (setenta por cento) da capacidade da interconexão existente.

7.6. Caso a Parte solicitante requeira capacidade acima de 04 (quatro) enlaces E1 para a interconexão, esta deverá atingir 70% (setenta por cento) desta capacidade em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data em que esteja operacional a interconexão entre as Partes.

- 7.6.1. Caso não seja atingido o nível de 70% (setenta por cento) de utilização previsto no item 7.6 acima, a Parte solicitante pagará à outra Parte valor proporcional à capacidade necessária para atingir tal patamar ou, em comum acordo, rever a capacidade contratada para que este nível de utilização seja atingido ou responsabilizar-se exclusivamente pelo provimento dos MTLs que se encontrem na condição de superdimensionamento.
- 7.6.2. O dimensionamento indicado pelas Partes, bem como os critérios para determinação do nível de utilização do tráfego acima citado serão feitos de acordo com a Cláusula 7 do Anexo 5 e valores registrados pelas Partes no Apêndice B.
- 7.7. Uma Parte não poderá realizar a desativação unilateral de MTL, sem a concordância prévia e expressa da outra Parte, excetuando os casos motivados por defeito/anormalidade acidental, os de manutenção preventiva de rede e nos casos previstos na Regulamentação vigente, desde que devidamente notificados à outra Parte.
- 7.8. A Parte que não atender ao disposto no item 7.7 acima ou não responder de forma justificada à notificação desse incidente à outra Parte, no prazo de 02 (dois) dias úteis da data de recebimento da notificação, pagará à outra Parte, a título de multa não compensatória, por dia, durante o período de desativação do MTL, contados a partir da data de recebimento da referida notificação, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por interface digital de 2Mbps desativada.
- 7.8.1. O valor total a que se refere o item 7.8 acima estará limitado a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), por enlace/interface digital de 2Mbps desativada.
- 7.8.2. O valor da multa não compensatória citada no item 7.8 será reajustada de acordo com o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGP-DI”), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.
- 7.9. As Partes devem ativar as facilidades de interconexão de sua responsabilidade, conforme os prazos e quantidades estabelecidas em Reunião de PTI, acordada pelos representantes técnicos das Partes.
- 7.10. Enquanto perdurarem as pendências ou anomalias tratadas no item 7.8 acima, a Parte responsável deverá proceder, às suas expensas, ao reencaminhamento do tráfego por rotas alternativas ou adotar outras medidas equivalentes, de forma a reduzir os prejuízos à outra Parte e ao tráfego nas rotas em questão.
- 7.10.1. As importâncias que vierem a ser devidas em função do disposto nesta Cláusula deverão ser objeto de documento de cobrança específico, emitido pela Parte interessada à outra Parte, salvo acordo expresso entre as Partes.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA

- 8.1. Os processos, condições comerciais e técnicas relativas ao fornecimento de Compartilhamento de Infraestrutura por uma Parte (“Parte Cedente”) à outra para uso de interconexão entre as redes das Partes encontram-se descritos no Anexo 3.

8.2. Uma vez aprovado pela Parte Cedente, o documento previsto no Anexo 3 – “Apêndice E – Formulário do Termo de Aceitação da Infraestrutura”, se configura como registro da infraestrutura compartilhada para fins de interconexão.

8.3. A utilização da infraestrutura compartilhada, necessária à instalação e operação dos equipamentos de transmissão dos MTL, entre as redes envolvidas, localizada nas dependências dos POI ou PPI, se dará sem ônus para as Partes.

9. CLÁUSULA NONA – DO PROCEDIMENTO DE PREVENÇÃO À FRAUDE

9.1. As Partes reconhecem que as informações que vierem a ser trocadas poderão ser restringidas pela regulamentação e pela legislação aplicável. As Partes se comprometem a buscar o tratamento das informações referentes às chamadas dos seus assinantes e usuários de forma conjunta e centralizada, independente do local de origem da chamada dentro das Áreas de Prestação de Serviço das Partes, respeitadas as respectivas responsabilidades.

9.2. As Partes definirão os critérios de antifraude que serão implementados nos seus próprios sistemas.

9.3. As Partes deverão adotar critérios de antifraude compatíveis com aqueles estabelecidos pelo Grupo Executivo de Antifraude em Telecomunicações – GEAFTE fazendo prova dos critérios utilizados, quando solicitados pela outra Parte.

9.4. As Partes deverão cumprir os procedimentos de prevenção a fraude nos termos definidos no Anexo 9.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS À IMPLEMENTAÇÃO E QUALIDADE DA INTERCONEXÃO

10.1. Os procedimentos e condições técnicas relativas à implementação e qualidade da interconexão acordadas entre as Partes encontram-se discriminados no Anexo 6 e Anexo 7.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS E DEMAIS SANÇÕES

11.1. Qualquer pagamento não efetivado sujeitará a Parte inadimplente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do que se segue:

11.1.1. Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o débito original, devida uma única vez, no dia seguinte ao do vencimento;

11.1.2. Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o débito original, calculado *pro rata die*, do dia seguinte a data do vencimento do documento de cobrança, até a data da efetiva liquidação do débito;

11.1.3. Atualização monetária dos valores em atraso pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGP-DI”), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, calculado *pro rata die*, ou, no caso de extinção do IGP-DI, por outro índice inflacionário que o substitua;

- 11.1.4. Caso o IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo seja negativo, em qualquer mês, o valor do respectivo índice será considerado como 0 (zero) para o cálculo da atualização monetária.
- 11.2. Na hipótese de aplicação das sanções previstas nesta Cláusula, não caberá à Parte prejudicada qualquer indenização adicional por perdas e danos ou por lucros cessantes, respeitando-se o disposto no item 11.1.
- 11.3. Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato, cada uma das Partes poderá requerer à outra, o reembolso do valor de multas que eventualmente for obrigada a pagar ao Poder Concedente pelo não cumprimento de suas obrigações previstas nas suas respectivas Outorgas/Autorizações e na regulamentação vigente, na hipótese de comprovação de dolo ou culpa exclusiva da outra Parte.
- 11.4. Em consonância com as disposições contidas na Seção V do Capítulo III do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 693, de 17 de julho de 2018, a interconexão poderá ser suspensa parcial ou totalmente e, em caso de manutenção destas condições, importar na interrupção da mesma e na consequente desmobilização de ativos, nas hipóteses previstas na regulamentação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS NOTIFICAÇÕES E RESPONSÁVEIS DO CONTRATO

- 12.1. Todas as notificações, relatórios e outros comunicados relacionados a este Contrato devem ser efetuados por escrito e encaminhados pessoalmente, ou remetidos mediante serviços postais com comprovação de recebimento, sendo considerados recebidos na data de sua entrega ao destinatário.
- 12.1.1. A fim de agilizar a comunicação acima, as Partes aceitarão, como documentos originais, os enviados via e-mail. Entretanto, cada uma das Partes deverá, posteriormente, enviar os documentos originais assinados em até 05 (cinco) dias úteis.
- 12.2. As Partes devem indicar os seus respectivos responsáveis e endereços para notificações e entrega de correspondências, em até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura deste Contrato, os quais serão os Responsáveis Operacionais e os pontos de contato entre as Partes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

- 13.1. Os direitos de propriedade intelectual e industrial das obras criadas, desenvolvidas ou modificadas durante a vigência deste Contrato permanecerão como propriedade individual de cada uma das Partes, responsável pela criação, desenvolvimento ou modificação.
- 13.2. Nenhum direito de propriedade intelectual e industrial atualmente existente, ou que venha a ser adquirido ou licenciado por uma Parte, será outorgado à outra Parte, com exceção de eventuais licenças de uso, que prescindirão de acordo expresso entre as Partes.

13.2.1. Cada Parte será responsável, sem nenhum custo adicional à outra Parte, pela obtenção das licenças relativas à propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros usadas para o cumprimento de suas respectivas obrigações neste Contrato.

13.3. Salvo autorização expressa em contrário, nenhuma Parte poderá publicar ou usar logotipo, marcas e patentes registradas pela outra Parte.

13.4. As marcas registradas por qualquer das Partes para identificar seus produtos e serviços, bem como os logotipos registrados pelas Partes são de propriedade de cada uma delas.

13.5. As Partes não poderão produzir, publicar ou distribuir folheto de divulgação ou qualquer outra publicação relativa à outra Parte, às suas coligadas ou a este Contrato, sem autorização prévia, por escrito, da outra Parte.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser celebrado nos prazos definidos nos §§1º e 2º do Art. 43 do Regulamento Geral de Interconexão.

14.1.1. Os prazos poderão ser dilatados em caso de culpa exclusiva da ~~OPERADORA~~, ou por acordo entre as partes.

14.2. Este Contrato representa o total entendimento entre as Partes em relação à matéria aqui tratada, devendo prevalecer sobre quaisquer outros entendimentos pretéritos sobre a mesma matéria, sejam estes verbais ou escritos.

14.2.1. Os prazos e condições aqui firmados se aplicam a todos os Anexos, salvo disposição em contrário.

14.2.2. No caso de conflito entre o disposto neste Contrato e um dos seus Anexos, deverá prevalecer o Contrato.

14.2.3. Outros acordos poderão vir a ser firmados pelas Partes para possibilitar o perfeito cumprimento do presente Contrato. Nenhuma disposição deste Contrato deve ser interpretada de forma a objetivar, direta ou indiretamente, a concessão de qualquer direito, recurso ou reclamação, sob qualquer pretexto, a terceiros.

14.3. O presente Contrato e seus Anexos prevalecerão sobre quaisquer outros documentos que possam vir a ser criados por uma das Partes, a menos que acordo escrito entre as Partes os altere ou revogue, no todo ou em parte.

14.3.1. Toda e qualquer alteração deste Contrato ou de seus Anexos deverá ser sempre formalizada por meio de aditivo contratual assinado pelos representantes legais das Partes.

14.4. As Partes envidarão seus melhores esforços para prevenir e solucionar o uso fraudulento dos serviços da outra Parte relacionados à Interconexão.

- 14.4.1.** As Partes reconhecem e acordam que devem compartilhar toda e qualquer informação relacionada à presente Interconexão e que vise assegurar a utilização de suas redes de modo eficiente e protegida contra fraudes no fornecimento dos serviços de telecomunicações aos assinantes e usuários de seus serviços.
- 14.5.** Todas as obrigações aqui assumidas estão sujeitas à emissão e manutenção de todas as licenças, registros, aprovações governamentais ou quaisquer outros documentos que sejam necessários para a execução de suas atividades, nos termos da legislação aplicável.
- 14.5.1.** A responsabilidade e ônus para a obtenção e conservação da validade de tais registros, licenças e aprovações serão da Parte que tenha a obrigação de obter os registros, licenças e aprovações.
- 14.6.** Para o encaminhamento de tráfego a ser cursado por meio dos POI e/ou PPI da rede das Partes, terminado na rede de outras prestadoras e não previsto neste Contrato, será necessária a celebração de contrato específico, por ocasião da ativação do serviço, conforme o caso.
- 14.7.** As disposições do presente Contrato se aplicam a quaisquer alterações que venham a ocorrer na interconexão, inclusive as advindas do Planejamento Técnico Integrado, conforme Anexo 5 – Apêndice A – “Projeto de Interconexão e seus Apêndices”.
- 14.7.1.** Não obstante as disposições do item acima, fica ressalvado que todas as modificações ao Anexo 5 e seus Apêndices, principalmente sobre o Apêndice A – “Projeto de Interconexão”, deverão ser registradas por meio de Ata de Reunião de PTI - Planejamento Técnico Integrado, devidamente assinada pelos representantes técnicos das Partes e posteriormente incluídas no Contrato por meio de termo Aditivo, observando-se as condições e prazos regulamentares.
- 14.8.** Nenhuma disposição no presente instrumento será interpretada de modo a colocar as Partes em relação de sócias, associadas, consorciadas, comodatárias, empreendedoras em comum, com vínculo empregatício ou de responsabilidade solidária ou conjunta, assim como nenhuma das Partes terá direito de prestar garantia ou fazer qualquer declaração em nome da outra, obrigando-a ou vinculando-a exceto quanto ao pactuado neste Contrato.
- 14.9.** Na hipótese em que quaisquer termos ou disposições do presente Contrato venham a ser declarados nulos ou não aplicáveis, tal nulidade ou inexecutabilidade não afetará o restante do Contrato que, permanecerá com plena eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.
- 14.10.** As Partes têm ciência de que o presente contrato de interconexão não somente é parte integrante, mas também atesta que os termos do presente são idênticos aqueles constantes das minutas constantes da Oferta Pública de Interconexão homologada pela ANATEL em 02 de maio de 2019 por meio do Despacho n.º 43/2019/ CPRP/SCP.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

- 15.1.** As Partes deverão cumprir as obrigações aqui estabelecidas com o mesmo empenho, cuidado e diligência que normalmente utilizam em seus próprios negócios.
- 15.2.** Nenhuma das Partes responderá por danos indiretos, lucros cessantes ou insucessos comerciais da outra Parte, bem como não indenizará perdas reclamadas dos clientes ou usuários desta, em decorrência de falhas havidas na sua operação, exceto nos casos em que for comprovada omissão ou ação deliberada de uma Parte em prejudicar a outra, mediante comprovação da culpa.
- 15.2.1.** A indenização por danos diretos somente será devida caso a Parte prejudicada comprove a culpa da outra Parte em relação ao dano causado.
- 15.3.** A Parte que comprovadamente causar danos às instalações e equipamentos da outra, especialmente nas fases de pré-instalação, instalação, operação e desativação dos equipamentos referentes aos meios de transmissão para interligação da interconexão de sua responsabilidade, será responsável pelo ressarcimento desses danos, limitado ao valor de reposição dos equipamentos e reparo das instalações comprovadamente danificados.
- 15.4.** Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 15.4.1.** A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
- 15.4.2.** Cessados os efeitos de caso fortuito ou de força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.
- 15.4.3.** Se a ocorrência do caso fortuito ou de força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, a Parte afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.
- 15.5.** Cada uma das Partes assume total responsabilidade como única empregadora, devendo para tanto cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas, tais como: salário, benefícios sociais, gratificações, encargos sociais e previdenciários, indenizações e quaisquer outros direitos trabalhistas, bem como outras despesas como diárias, transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados ou agentes, não persistindo qualquer tipo de solidariedade ou subsidiariedade trabalhista entre elas.
- 15.6.** As Partes acordam que sobre os valores devidos em função do objeto do presente Contrato não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos firmados pelas Partes, ainda que líquidos, certos e exigíveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE

- 16.1. Todas as informações de propriedade das Partes, relacionadas a este Contrato, ou ainda adquiridas em seu curso, reveladas por uma Parte ("Parte Reveladora") à outra ("Parte Receptora"), consideradas Informações Confidenciais, estão reguladas pelo Anexo 10.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS REVISÕES E ALTERAÇÕES

- 17.1. O presente Contrato poderá ser revisto, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer das Partes, e de comum acordo, mediante termo aditivo firmado pelos representantes legais das Partes.

17.1.1. Nenhuma das Partes poderá se escusar da obrigação de proceder à análise da solicitação de alteração apresentada pela outra Parte.

- 17.2. Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, caso ocorram, a qualquer tempo, modificações na legislação aplicável ou nas condições da concessão ou autorização de qualquer das Partes e tais alterações tenham repercussões neste Contrato, o mesmo deverá ser aditado pelas Partes, no que couber.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- 18.1. O presente Contrato entra em vigor a partir da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos, quando for o caso, a partir da data de ativação da interconexão entre as redes das Partes.

- 18.2. O Contrato será válido pelo período de 12 (doze) meses da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente por períodos iguais, salvo se denunciado por quaisquer das Partes, por escrito, com 60 (sessenta) dias de antecedência do respectivo prazo contratual.

- 18.3. No caso deste Contrato vir a ser denunciado, continuará a produzir seus efeitos até a celebração de novo contrato de Interconexão pelas Partes, ou até a data de desativação total da interconexão, desde que previamente autorizada pela Anatel, observadas as disposições previstas na Cláusula Décima Nona deste Contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

- 19.1. Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades constantes do presente Contrato, em especial os pagamentos e penalidades, o mesmo poderá ser rescindido:

19.1.1. Por acordo entre as Partes;

19.1.2. Por disposição de lei;

19.1.3. Por autorização da Anatel;

19.1.4. Por perda ou término da Autorização ou Concessão de qualquer das Partes, bem como por declaração de falência ou dissolução societária total de qualquer das Partes.

19.1.5. Por quaisquer situações previstas no Art. 27 do Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 693, de 17 de julho de 2018.

- 19.2.** Após a rescisão e no período de desmobilização dos recursos empregados para a viabilização do Objeto deste Contrato, as Partes deverão observar ao disposto no item 15.3 acima.
- 19.3.** Quaisquer valores ainda devidos por qualquer das Partes, em função das obrigações contraídas no presente Contrato, deverão ser pagos, independentemente das causas que tenham ensejado a rescisão.
- 19.4.** Pela rescisão deste Contrato, nenhuma indenização ou ressarcimento será devido por uma Parte à outra, devendo, porém, ser realizado o competente ajuste de contas, com a liquidação das obrigações contratuais vencidas e, proporcionalmente, das obrigações em processo de vencimento, procedendo-se, ainda, de acordo com o estipulado nos itens 15.2, 15.3 e 19.3 acima, independentemente das causas que ensejaram a rescisão contratual.
- 19.5.** Caso o presente Contrato venha a ser rescindido, as Partes firmarão termo de rescisão quando houver a mútua quitação das obrigações assumidas neste Contrato.
- 19.6.** As Partes deverão assegurar que a rescisão deste Contrato não tenha efeitos adversos sobre os usuários, garantindo-se o cumprimento das obrigações de universalização e continuidade do serviço.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 20.1.** As Partes empreenderão seus melhores esforços no sentido de dirimir quaisquer conflitos de interesses que possam surgir em decorrência da execução deste Contrato.
- 20.2.** As Partes deverão solucionar suas controvérsias conforme os seguintes procedimentos:
- 20.2.1.** Os Representantes Operacionais da Parte insatisfeita deverão expor a controvérsia por escrito para seus correspondentes da outra Parte;
- 20.2.2.** Se a controvérsia não for solucionada nos 10 (dez) dias úteis subsequentes, ou em outro prazo acordado pelos Representantes Operacionais, a questão deverá ser imediatamente encaminhada, por escrito, aos representantes legais das Partes;
- 20.2.3.** Se a controvérsia não for resolvida nos 10 (dez) dias úteis subsequentes à sua apresentação aos representantes legais das Partes, ou em outro prazo acordado por eles, as Partes poderão adotar os procedimentos de arbitragem da ANATEL, conforme disposto na regulamentação.
- 20.3.** A solução de conflitos relativos à contestação de valores de remuneração de redes será submetida aos procedimentos definidos no Anexo 2.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA TOLERÂNCIA

21.1. Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a renúncia ou abstenção pelas Partes de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo Contrato, bem como a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra Parte somente serão consideradas válidas se feitas por escrito e não serão consideradas novação, renúncias, abstenções ou concordâncias em relação a direitos ou faculdades que poderão ser exercidos no futuro.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBROGAÇÃO

22.1. O presente Instrumento obriga as Partes, seus sucessores a qualquer título, tendo automaticamente sua titularidade transferida à entidade superveniente, e eventuais cessionários autorizados, sendo que qualquer outra alteração ou modificação contratual só terá validade mediante a celebração de termo aditivo, o qual deverá ser devidamente assinado pelos representantes legais das Partes.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ANTICORRUPÇÃO E ÉTICA NOS NEGÓCIOS

23.1. Por meio do presente instrumento, as Partes declaram possuir (i) códigos próprios de conduta que contemplam as diretrizes e os princípios de comportamento ético, íntegro e transparente a que se subordinam os seus administradores, empregados e colaboradores, e (ii) programas de compliance que visam garantir (a) o cumprimento da legislação, códigos, regulamentos, regras, políticas e procedimentos de anticorrupção de qualquer governo ou autoridade competente, considerando a jurisdição onde os negócios e serviços serão conduzidos ou realizados nos termos deste Contrato – em especial, a Lei n.º 12.846/2013, o Decreto n.º 8.420/2015 e a Lei dos Estados Unidos da América contra práticas de corrupção no exterior (“FCPA”) –, e (b) a identificação de desvios de conduta de seus administradores, empregados e demais colaboradores, direta ou indiretamente vinculados.

23.2. Nesses termos, as Partes declaram e garantem que:

23.2.1. Têm conhecimento que a TIM pauta seus negócios e sua atuação na observância da ética e pelo desenvolvimento e crescimento sustentável, razão pela qual se compromete a respeitar e a proteger os direitos humanos, o direito do trabalho, os princípios da proteção ambiental e da luta contra todas as formas de corrupção, à luz dos princípios do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas;

23.2.2. Reconhecem que estão publicados no site da TIM os termos de seu Código de Ética e Conduta, Política Anticorrupção e de Conflito de Interesses disponíveis em <http://www.tim.com.br/ri> – Governança, Código de Ética, cujas diretrizes são amplamente divulgadas e disseminadas no âmbito da companhia, ao mercado e à sociedade;

23.2.3. Cumprirão e farão com que todos os seus empregados, consultores, agentes e/ou representantes que estejam relacionados ao escopo do presente Contrato, ainda que de forma indireta, cumpram as disposições legais relacionadas à anticorrupção, em especial, o disposto na Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015 e no FCPA;

23.2.4. Têm conhecimento que a TIM repudia e condena atos de corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina, em especial, os previstos na Lei n  12.846/2013 e no “FCPA”, o financiamento ao terrorismo, o trabalho infantil, ilegal, forçado e/ou análogo ao escravo, bem como todas as formas de exploração de crianças e adolescentes e todo e qualquer ato de assédio ou discriminatório em suas relações de trabalho, inclusive na definição de remuneração, acesso a treinamento, promoções, demissões ou aposentadorias, seja em função de raça, origem étnica, nacionalidade, religião, sexo, identidade de g nero, orientação sexual, idade, deficiência física ou mental, filiação s ndica ou que atente contra (i) os direitos humanos e/ou impliquem ou resultem em torturas, físicas ou mentais; (ii) a saúde e a segurança pessoal e/ou do ambiente de trabalho; (iii) o direito de livre associação dos colaboradores, (iv) os direitos ambientais e de sustentabilidade, e (v) a valorização da diversidade;

23.2.5. Não foram condenadas por qualquer ato lesivo   administração pública, nem foi ou está listada por qualquer governo ou agência pública (tal como Nações Unidas ou Banco Mundial) como excluída, suspensa ou está indicada para exclusão e/ou suspensão ou inelegível para programas de licitação do governo;

23.3. Considerando a responsabilidade estabelecida pelo artigo 2  da Lei n  12.846/2013, as Partes não praticarão qualquer ato lesivo previsto na referida lei - em especial, não ofereceram pagar, nem pagaram, não pagarão, oferecerão, prometer o ou darão, direta ou indiretamente, qualquer valor ou coisa de valor, incluindo quaisquer eventuais valores a ela pagos pela Contraparte, a qualquer funcionário ou oficial de um governo, empresa ou sociedade controlada pelo governo ou de propriedade do mesmo, partido político, candidato para cargo político, ou a qualquer outra pessoa estando ciente de ou acreditando que tal valor ou item de valor será transmitido a alguém, para influenciar qualquer ação, omissão ou decisão por tal pessoa ou por qualquer órgão governamental com a finalidade de obter, reter ou conduzir negócios, para si e/ou para a Contraparte - bem como em violação aos preceitos contidos no “FCPA”, quando aplicável, em interesse e/ou em benefício, exclusivo ou não, da Contraparte.

23.4. A ÇOPERADORAÇ, declara tomar, neste ato, conhecimento do Canal de Denúncias da TIM Participações, disponível em <http://www.tim.com.br/canal-denuncia/?origin=RI>, e se compromete a submeter ali todo e qualquer tentativa e/ou prática a que for submetido, tomar conhecimento, ou contra qual for investido que enquadre-se nas condutas descritas na Lei n.é 12.846/2013 e/ou violem as normativas internas da TIM, em especial, mas não se limitando, ao Código de  tica e Conduta, a Política Anticorrupção e de Conflito de Interesses, e/ou legislações vigentes.

23.5. A TIM poderá, independentemente de qualquer disposição contrária contida neste Contrato e mediante notificação, prévia ou não, suspender e/ou rescindir este Contrato em caso de violação de qualquer declaração e/ou garantia estabelecida na presente Cláusula.

23.6. A Parte Infratora indenizará e isentará a outra Parte e/ou seus representantes de e contra qualquer perda, reivindicação, custo ou despesa incorrida pela TIM e/ou seus representantes, baseadas em ou decorrentes de qualquer violação das declarações e garantias estabelecidas na presente Cláusula ou em razão de qualquer violação ao disposto na legislação supra citada decorrente de qualquer ato, ativo ou omissivo, da Parte Infratora e/ou de seus Conselheiros, diretores, funcionários e/ou representantes.

23.7. A TIM declara que as disposições deste Contrato foram negociadas à luz e em estrita observância ao seu Código de Ética e Conduta, que se encontra disponível no sítio de internet da TIM Participações S.A. (<http://www.tim.com.br/ri>) e à legislação de proteção ao meio ambiente, demonstrando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, conforme Política Ambiental disponível em <http://ri.tim.com.br/> - Sobre a TIM – Sustentabilidade.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PROTEÇÃO DE DADOS

24.1. Deverá a ~~OPERADORA~~, garantir que realizará o tratamento dos dados de Clientes TIM única e exclusivamente para a finalidade deste contrato, para fins de legítimo interesse e execução do Contrato com os clientes TIM para a prestação dos serviços da TIM, observados os princípios da adequação e necessidade do tratamento, sendo a ~~OPERADORA~~, integral e exclusivamente responsável por qualquer violação e/ou utilização indevida dos dados e pelos prejuízos que possa vir a causar aos clientes TIM e à TIM.

24.1.1. Após cumprida a finalidade prevista no item 24.1 acima, a ~~OPERADORA~~, se certificará de que os dados deverão ser eliminados da base da ~~OPERADORA~~, imediatamente, garantindo a sua confidencialidade.

24.2. A ~~OPERADORA~~, se compromete, ainda, a implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra a destruição accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito dos mesmos, observado as disposições do Decreto n.º 8.771/2016.

24.2.1. Os sistemas utilizados pela ~~OPERADORA~~, para o tratamento de dados pessoais devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos nas legislações vigentes e às demais normas regulamentares, garantindo a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem dos titulares da informação.

24.3. A ~~OPERADORA~~, comunicará a TIM imediatamente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança e/ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em risco a segurança e integridade dos dados pessoais.

24.4. A ¢OPERADORA¢, assegurará que seus colaboradores e ou prestadores de serviços externos por ela contratados que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto deste Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares para a finalidade da prestação de serviços pela TIM.

24.5. Caso a ¢OPERADORA¢, realize o tratamento de dados em território internacional e/ou trate de informações de residentes fora do território brasileiro, deve seguir as diretrizes dos regulamentos e leis de privacidade de dados aplicáveis em seus respectivos países.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1. As Partes elegem o foro da cidade de São Paulo - SP como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, xx de xx de 20xx.

Pela ¢OPERADORA¢

Nome:

Nome:

Pela TIM S.A.

Nome:

Nome:

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: